



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

1. Em Portugal, como noutros outros países europeus, a percepção social do risco e mecanismos de pânico levantam aos governantes o dilema terrível de balancear medidas para minimizar os efeitos da pandemia com a necessidade de preservar o funcionamento da economia a um nível mínimo, compatível com uma recuperação rápida dos custos sociais e económicos já incorridos.

Só um Chefe de Governo terá a sensibilidade para detectar o momento de viragem a partir do qual é preciso começar a liderar para o regresso à vida normal.

Admito que conseguirá convencer os cientistas a não procurar o zero absoluto e a elaborar o plano de transição para a normalidade e executá-lo.

A principal tarefa passará a ser então a de definir o conjunto de medidas de política económica a aplicar para um número muito concentrado de objectivos.

2. Os recursos financeiros merecem uma menção especial porque são indispensáveis no período de transição para a recuperação.

Convém recordar que a exiguidade do pacote financeiro do PAEF em 2011 não chegou para corrigir os déficits das empresas de transporte, nem para sanear o sistema bancário.

Continuamos a ter um elevado número de empresas “zombie” que se arrastam na banca sem se modernizarem nem contribuírem para



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

o progresso. São ainda hoje parte significativa da indústria e aguardam reestruturação ou morte. Vão tê-la agora.

A nossa participação na União Económica e Monetária é uma ajuda preciosa. Previsibilidade cambial, taxas de juro baixas que nunca teríamos fora do Euro e acesso muito generoso a fundos comunitários são condições a defender.

Portugal recebe mais fundos comunitários do que a soma dos recebidos por vários países mais pobres. Em termos dos desequilíbrios do sistema de pagamentos do euro (TARGET 2), das garantias de pagamento dadas pela UE no auge da crise financeira e dos vários mecanismos de apoio fomos e somos muito beneficiados pelos contribuintes líquidos da UE de que o Reino Unido era um dos maiores.

A elaboração de qualquer plano exige uma definição prévia, mesmo que aproximada, dos montantes disponíveis e nesse sentido o acesso ao MEE pode ser definido rapidamente e é um caminho conhecido. Com vantagens e inconvenientes, como tudo, mas com previsibilidade indispensável face à situação em que nos encontraremos em poucas semanas.

3. Portugal precisa de uma visão estratégica que oriente quer as decisões de investimento público, quer as opções de desenvolvimento das empresas. Mas também de uma articulação mais eficaz entre o Estado e as empresas. E é uma questão prévia porque não faz sentido reconstruir igual.



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

A análise das opções tomadas desde os finais da década de 80 até 2010 ilustra vários erros estratégicos que explicam em parte a baixa contínua das nossas taxas de crescimento. Que aliás, sem as muito generosas transferências comunitárias, já seriam negativas há muitos anos.

A referência a estas decisões anteriores pretende fundamentar a necessidade de, desta vez, participar melhor no movimento que no espaço da União vai corresponder a:

- assumir mais controlo das cadeias de valor,
- diminuir a dependência das importações em vários sectores sensíveis,
- reduzir as barreiras à produção, resultantes da sobre-regulamentação e da diminuição do esforço de desenvolvimento do mercado interno, matérias onde a participação do Reino Unido era muito positiva.

Em várias destas vertentes é possível, com conhecimento prático dos assuntos, encontrar mercado mais do que suficiente para assegurar um crescimento sustentado das nossas exportações e uma maior escala para o mercado internacional. Mas exige dos responsáveis da política externa e das pastas económicas uma articulação próxima e reciprocamente exigente com as associações empresariais, que andaram muito longe de Bruxelas nas últimas décadas.

Nalguns sectores, e conhecidas as competências existentes nas Universidades e centros de investigação e tecnologias, é possível, e até exigível, a elaboração dum levantamento entre as empresas e a



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

comunidade académica, das oportunidades e da sustentabilidade dum esforço de desenvolvimento industrial nessas áreas.

Essas apostas deveriam ter tradução obrigatória na preparação dos futuros profissionais e ser condição de financiamento das Universidades pelo Estado.

Não é aceitável referir permanentemente a importância dos recursos humanos e nem ter um ensino profissional capaz e com a dimensão suficiente, nem adequar minimamente a oferta de cursos às necessidades das empresas, encaminhando os licenciados para o exterior ou para actividades de investigação que voltam a não corresponder a qualquer necessidade e deixando as empresas sem quadros.

4. Haverá capacidade de reacção e criação suficiente de iniciativas e oportunidades para compensar as actividades que se vão perder?

Em todos os períodos de mudança profunda, quase sempre na sequência de desequilíbrios externos, a resposta foi maior e mais rápida do que a esperada. Mas de qualquer modo, dependente da evolução da conjuntura europeia, nomeadamente da espanhola.

Será de atender especialmente à sincronização e articulação com as economias dos nossos parceiros com quem temos relações mais intensas. Pois que tal aumentará as hipóteses de sucesso.

Normalmente a fase de ciclo da economia portuguesa segue a dos nossos parceiros e a sua antecipação permitiria uma recuperação mais rápida.



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

É partindo do princípio de que precisamos duma opção pro-activa e de que haverá resposta que se sugere a colaboração coordenada pela AICEP dos organismos públicos com competência nas áreas seleccionadas.

E que se sugere também que, identificadas as habituais e recorrentes queixas de falta de recursos, se preocupe o Estado em transferir recursos das áreas especializadas em licenças e obstáculos para as que podem acelerar o crescimento económico.

Nesse sentido – no da selecção dos objectivos e das políticas – é preciso que o governo lidere uma mudança de atitude em relação aos objectivos colectivos e que são muito simplesmente:

- defender actividades existentes que em concorrência possam assegurar uma grande parte do emprego que tinham, com remunerações que possam voltar a crescer a médio prazo,
- apoiar novas actividades com viabilidade futura em sectores modernos e inovadores que criem oportunidades para profissionais competentes e ambiciosos,
- deixar de prejudicar sistematicamente os que trabalham no sector privado,
- utilizar os recursos financeiros duma forma mais sustentável, melhorando a política orçamental e os investimentos públicos,
- gerir melhor uma administração pública mais leve como forma de viabilizar uma fiscalidade competitiva e de localizar em Portugal actividade produtiva sustentável e emprego mais bem pago, e



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

- resistir decididamente a propostas irrealistas de proteccionismo nacionalista dos anos 40 e atentar na dimensão europeia das oportunidades.

5. O nível da fiscalidade, a instabilidade das regras e a insegurança jurídica derivada da lentidão da justiça fiscal são o maior conjunto de obstáculos ao desenvolvimento da economia portuguesa e não é possível deixar de lhe fazer frente para promover o desenvolvimento rápido de empresas muito mais eficientes.

Sugiro quanto às regras e à justiça fiscal, o recurso à ajuda de instituições europeias, também como forma de neutralizar as resistências académicas e corporativas, pois que não há tempo a perder.

- **Estabilidade**

Precisamos de um nível muito elevado de investimento para renovação das empresas e criação de empregos e isso exige estabilidade das leis, celeridade da justiça e incentivos fiscais.

- **Regime de validação prévia**

A segurança das decisões de investimento deve decorrer também de um novo regime de validação prévia de investimento, desburocratizado e rápido, que permita a confirmação prévia do regime fiscal das operações de investimento em concreto, por exemplo dos incentivos aplicáveis a concentrações ou reestruturações.



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

- **Concentrar para internacionalizar**

A nova política económica deve ter o objetivo de aumentar a internacionalização da atividade das empresas, o que exige o aumento da sua dimensão média, pelo que são necessárias medidas fiscais que facilitem esse crescimento através de fusões e concentrações.

- **Investimento para o emprego**

A revitalização das empresas e o seu crescimento deve ser fomentado por créditos fiscais similares ao já previsto no SIFIDE para a inovação e desenvolvimento ou ao anterior super crédito fiscal, para investimentos na aquisição e reconversão de empresas ou no aumento da capacidade produtiva por investimento em activo tangível e intangível ou ainda pela criação de emprego, este medido quer pelo número de postos de trabalho, quer pelo aumento do valor total de salários.

- **Investimento para a retoma**

A eficácia destes apoios deve ser ampliada pela majoração temporária dos incentivos atuais como o regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI), a dedução de lucros retidos e reinvestidos (DLRR) e a remuneração convencional do capital social (RCCS).

- **Reportes fiscais de apoio à tesouraria**

O apoio à tesouraria das empresas viáveis deve decorrer da possibilidade de deduzir aos lucros dos últimos exercícios, por exemplo 5, os prejuízos fiscais que serão inelutavelmente gerados em 2020 e 2021.



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

- **Taxa reduzida de IRC para PME's**

As micro, pequenas e médias empresas precisam de apoios mais simples e diretos: reduzir-se a taxa de IRC para 12,5% durante três exercícios, a escolher de entre os exercícios iniciados no período compreendido entre 2020 e 2024 (ambos inclusive), para a parte da matéria coletável de IRC que não exceda 2.5 milhões de euros.

- **Reporte favorável de prejuízos fiscais para PME's**

As micro, pequenas e médias empresas devem poder reportar por doze exercícios os prejuízos fiscais disponíveis de exercícios encerrados antes do ano de 2020 e daqueles que sejam apurados nos exercícios iniciados nos anos de 2020 a 2022.

Devem ainda poder usar os prejuízos apurados nos exercícios iniciados nos anos de 2020 a 2022 para dedução aos lucros dos cinco exercícios encerrados antes do ano de 2020.

- **Reajustamento temporário de normas desadequadas**

Pelo condicionalismo atual, deve ser revogada ou revista em alta ou em baixa, normas desadequadas, como cobranças antecipadas com natureza de arrecadação por conta (retenções na fonte e pagamentos por conta), tributações autónomas, limitação à dedução em IRC dos encargos financeiros líquidos (30% do EBITDA), taxas de IMT, IMI e AIMI, presunção de rentabilidade do alojamento local em áreas de contenção, regime dos residentes não habituais e autorização de residência por investimento e *plafonds* do Centro Internacional de Negócios da Madeira.





FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

- **Promoção ativa do regime fiscal favorável – *A country open for business***

Promoção no estrangeiro das medidas anteriores para captar IDE, através de campanha liderada pelo AICEP, com apoio das redes diplomáticas e de “prescritores” com alcance internacional: como consultoras e firmas de advocacia.

6. Precisamos portanto duma visão estratégica com um sentido de urgência.

Quase tudo o que precisamos de estudar para basear decisões está estudado, uma visão prospectiva também existe.

Porque não se avança? É Bruxelas que não deixa? Apesar de duvidar, se fosse esse o caso deveria insistir-se em três ou quatro grandes questões, bem escolhidas.

Como exemplo importante devíamos solicitar a criação de duas zonas francas em Leixões e em Sines para localizar novas actividades de re-industrialização europeia. É sabido que as objecções começarão logo cá dentro – desde as administrações dos Portos, problema que se arrasta há 30 anos, até às delegações das alfândegas e ainda todas as outras regiões que passarão a querer também ser francas.

Um ministro responsável pelo programa e três ou quatro responsáveis executivos, com acesso ao Primeiro Ministro, num País da nossa dimensão, serão suficientes. Desde que o Primeiro Ministro



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

explique ao País que aqueles são os objectivos, estão decididos e são para executar com um calendário público.

O conceito da zona franca permitiu aos chineses libertar da economia planificada e da burocracia de partido único, zonas especiais que levaram a economia chinesa ao seu nível actual.

A desjurisdicionalização de alguns dos grandes entraves nacionais será a forma mais operacional de obter os resultados económicos indispensáveis.

E havendo condicionalidade no apoio de que Portugal carece, a nossa resposta deveria ser a de exigir em contrapartida outro tipo de condições que facilitem a retoma da nossa economia e a sua sustentabilidade.

O Primeiro Ministro enfrenta agora o desafio irrecusável de salvar o que for possível da economia portuguesa, mas principalmente o de criar esperança e confiança no futuro do País.

Um plano simples, quantificado e que constitua um referencial para todos, desde os altos quadros da Administração Pública até aos mais pequenos empresários é essencial.

Pedro Ferraz da Costa  
Presidente do Conselho Directivo  
14 de Abril de 2020